

| 639 | TÉCNICAS SOBRE AS SECAS: UMA ANÁLISE
CONTEMPORÂNEA DE PODER E CONFLITO SOCIAL NO
NORDESTE

Juliana Neves Barros

Resumo

O artigo busca refletir sobre as metamorfoses do discurso da seca, da intervenção do estado e da respectiva configuração dos conflitos sociais no semi-árido nordestino, tendo como ferramenta analítica o conflito sobre a transposição do rio São Francisco e a seca de 2012. Valendo-se de um esteio histórico, tentamos identificar os deslocamentos ideológicos e práticos operados pelo estado no sentido de responder ao acúmulo crítico das distintas racionalidades aglutinadas em torno da “convivência com o semi-árido”, bem como seus efeitos sobre essas formas de contestação.

Palavras chaves: secas, técnicas, conflitos.

1. Nordeste: a fortuna da seca e o fortuito da pobreza

A definição de região para Bourdieu (2003) é ato propriamente social, remetido à própria etimologia da palavra (*régio*), que conduz ao princípio de di-visão por ato de autoridade, que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural e impõe a definição legítima, conhecida e reconhecida das fronteiras e do território. As lutas a respeito de identidade regional constituem “um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos”.

As formas de apropriação e reelaboração da ideia de região pela classe dominante, construindo um conjunto de ideias assimiladas coletivamente como ideologia constitui, segundo Iná de Castro (1992), uma dimensão do regionalismo, que se manifesta como consciência regional. No caso do Nordeste, a institucionalização da região deu-se por uma elaboração regionalista preexistente projetada no evento das secas e na ideia de uma natureza árida (colocada como sujeito) que conformava o espaço social de uma população miserável (objeto da natureza). A representação sobre o Nordeste erigiu-se a partir de uma verdadeira “civilização da seca”, conforme nos descreve Lopes de Andrade (1947):

“com efeito , do mesmo modo que se fala de uma lavoura das secas, do “dry-farming”, pode- se falar de uma sociedade das secas, cuja estrutura e fisionomia tenham sido profundamente influenciadas pela falta de chuvas...Uma das mais expressivas consequências desse contato do homem com as secas, quem nos dirá, por exemplo, que não venha a ser o fato de , para o nordestino, estas terem deixado de

ser uma simples ideia sobre a falta de chuvas, convertendo-se numa determinada “coisa”, ontologicamente numa “entidade”? A existência de um tipo próprio de civilização no interior do nordeste brasileiro também não é algo que tenhamos descoberto e estejamos agora pressurosamente comunicando ao público. Sabem todos que esse tipo de civilização reocupou muito a inteligência privilegiada de Capistrano de Abreu, que o designava pitorescamente de “civilização do couro”, assim como Euclides da Cunha chegou a descrever vários de seus contornos em “Os sertões”.

Segundo Durval Muniz (1988), “esse discurso da seca que tem na grande seca sua possibilidade vai sendo reelaborado ao longo da história cumprindo sempre o estratégico de explicar o real, criando-o e servindo de “acelerador histórico da expropriação sucessiva”, ou seja, parte ativa (condição objetiva) do enfrentamento de classes no semiárido. Ele só se tornou possível com a descoberta da seca como problema, com a sua entronização como questão sempre a ser solucionada, permanentemente reposta e que requer soluções diferenciadas conforme os interesses dessa elite em cada momento.¹

Promovida de fenômeno natural a fator explicativo das causas da pobreza no nordeste, a seca serviu de elemento unificador de interesses, escamoteando conflitos intra-regionais de classe, e viabilizou o surgimento da “questão nordestina”, a nossa questão regional por excelência (Francisco de Oliveira apud Vieira, 2006)². Como à construção do problema³, seguem-se as formulações políticas em torno das suas possíveis soluções, a seca tornou-se também a principal base do discurso do planejamento regional nordestino⁴ e foi alicerçada de diferentes modos conforme os ciclos econômicos da região e necessidade de reprodução do capital⁵.

¹ Segundo Durval Muniz Alburquerque (1988), “enquanto a seca foi problema para os despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pés de página de jornais, mas quando chega ao mundo dos proprietários, ela só não é percebida como transformada no cavalo de batalha de uma elite necessitada de argumentos fortes para continuar recebendo seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e postos políticos em âmbito nacional. Foi pois a seca um achado, uma invenção com a qual essa elite procurou novamente repor e acomodar seu poder de dominação e exploração. Seca pois, não invenção de palavras que calcinam, mas que dominam”.

² Vieira, Flávio Lucio R. Estado e Questão Regional: por uma economia política da região, SAECULUM - Revista de história, João Pessoa. 2006

³ Segundo Vainer (1986), “a construção do problema a ser resolvido constitui elemento central da formulação de políticas. Nem mera operação técnica que supõe a presença empírica de tal ou qual problema na realidade concreta, nem simples reconstituição formalizada dessa realidade, a construção do problema remete precisamente à natureza da posição a partir a qual o Estado fala e busca intervir” (1986).

⁴ Para Francisco de Oliveira (1981), “o planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”.

⁵ Cerqueira, Paulo Cesar, em “A seca no contexto social do Nordeste” (CPT, CEPAC, IBASE: 1983): “Um dos ingredientes necessários e importantes para entender o processo de desenvolvimento nordestino através dos tempos é o papel desempenhado pela seca: parte ativa da história da região incide diretamente sobre os

Com o objetivo de “combater as secas”, o estado brasileiro foi institucionalizando um determinado padrão de intervenção, que tem marco em 1909 com a criação do IFOCS (Instituto Federal de Obras contra as Secas), sucedido pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Esse padrão pauta-se ao longo do século XX pela realização de obras hidráulicas, criando uma rede de açudes que hoje totalizam cerca de 70 mil (Ribeiro, 2007), investimentos em grandes projetos de irrigação e grandes barragens e, nos períodos de estiagem prolongada, pela adoção de medidas emergenciais como as conhecidas “frentes de trabalho” e distribuição de água por carro-pipa. Tais técnicas apresentaram-se como hegemônicas, foram largamente estimuladas pelo governo federal em parceria com governos estaduais e locais, mas não tiveram o condão de amenizar ou superar o quadro de miséria social e pobreza da região, tampouco amenizar os efeitos perversos das longas estiagens sobre a população rural pobre.

Já na década de 40, Lopes de Andrade, na sua obra intitulada “Sociologia das Secas” (1947), criticará a ineficiência das técnicas de intervenção do Estado para resolução do problema das secas, sobretudo por seu caráter exógeno e distanciado dos exitosos métodos das culturas tradicionais dos povos indígenas. Caracteriza as medidas sobre aquela “civilização das secas” como típicas de um estado autoritário, inspirado no viés eurocêntrico colonizador, que fez “uma civilização nordestina nascer das casas-grandes e das cidades Reinóis e não das tabas ou aldeias de índios”. Igualmente faz a crítica da exploração de classes na região, explicitada na relação entre latifundiários e camponeses.

Em 1959, Antônio Callado, em viagem ao Nordeste para uma série de reportagens sobre a luta pela terra no Brasil, traz à cena pública nacional a atuação do que alcunhou de “indústria da seca” na região. Constituiu, conforme repercussões na imprensa da época, “o mais documentado e corajoso libelo contra os celerados – latifundiários, políticos, administradores – que vivem, que aumentam a sua fortuna ou improvisam fortunas durante a seca, protelando indefinidamente a solução do problema e agravando em cada período da calamidade a miséria das populações nordestinas” (Osório Borba, setembro de 1959).

segmentos da população das áreas atingidas e, por extensão, sobre todo o nordeste. As secas foram parte constitutiva de todos os ciclos econômicos que se redefiniram historicamente em cada sub-região; ou seja, sempre houve uma imbricação dialética entre seca e situação econômica. Não é outra razão, senão o auge da crise do complexo algodoeiro-pecuário em 1877, que faz da seca um problema de monta, que faz surgir o Nordeste das secas (Oliveira)”.

Celso Furtado (1998), ainda na década de 50, salienta no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que a pobreza não é consequência da seca, mas sim do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas próprias elites nordestinas e por grupos diferentes de outras regiões do país; a pobreza resultaria mais da forma de exploração da terra e das relações de produção do que do impacto da seca (Furtado, 1998). Em síntese, a seca era um grande e próspero negócio de “[...] uma classe social *sui generis*, os ‘industriais da seca’” (FURTADO *apud* Silva 2006), mas que aos poucos era desmontada por análises críticas que passam a enfatizar os mecanismos estruturais que criam e reproduzem a concentração fundiária, o domínio sobre a água armazenada, a apropriação privada das riquezas produzidas na região e o monopólio do poder político (Silva, 2006).

Importante ressaltar que, além de um pensamento crítico, nunca deixaram de atuar no espaço formas práticas de resistência por parte das populações exploradas pelos “industriais da seca”. Uma das mais conhecidas manifestações eram os saques recorrentes nas grandes secas, objeto de várias pesquisas acadêmicas, sobretudo na Universidade Federal do Ceará⁶, e que interpretam os vários saques à luz da “*tradição da multidão que, imersa nas relações sociais paternalistas e legitimada por uma moral popular sobre a distribuição de comida e trabalho (economia moral), tinha se mobilizado e atuado (sem mediadores e à margem do sistema representativo) por meio de ações diretas em anos de secas no decorrer do século XX*” (NEVES *apud* Gondim, 2006). Igualmente destaca-se a resistência cotidiana tecida, por exemplo, na organização social da produção, marcada por práticas de solidariedade e cooperativismo. Ao referir-se à organização dos povos indígenas, por exemplo, como sociedades primitivas do semiárido, Lopes de Andrade aduz: “Certas aplicações das suas técnicas de fazer face às secas tornaram-se mesmo indispensáveis à sobrevivência de outros grupos sociais que sucederam, no território nordestino, aos de sua rude organização tribal”⁷. Tais práticas como

⁶ A respeito, sugere-se leituras de trabalhos orientados pelo professor Frederico de Castro Neves, do curso de história da Universidade Federal do Ceará, que tematizam centralmente dois acontecimentos pouco visibilizados na história do Brasil: os saques durante as secas e os campos de concentração no Nordeste.

⁷ Lopes de Andrade, 1947: “nos impressionou vivamente durante estas pesquisas e estudos, certo complexo cultural denominado indistintamente nos sertões nordestinos “adjunto”, “trabalho a meias”, “mutirão”, etc...Entretanto, o que nos impressionou foi o seu caráter energicamente anti-individualista, profundamente social e cooperativo. No plano econômico, das relações especificamente de produção, impressionou-nos sobretudo esta tendência para um regime de trabalho social ou coletivo, profundamente enraizada, por toda a parte, na mentalidade do povo. As formas de trabalho cooperativo que examinamos no interior do nordeste são todas, não obstante variarem entre si, do tipo não-contratual, também conhecida por cooperação espontânea. Certas aplicações das suas técnicas de fazer face às secas tornaram-se mesmo indispensáveis à sobrevivência de outros grupos sociais que sucederam, no território nordestino, aos de sua rude organização tribal. O moquém, por exemplo, forma rustica de conservação do pescado, foi para os portugueses da mais alta utilidade na penetração do interior, estendendo-se ao processo de conservação da carne do sol”

resistência guardam esteio no conceito de economia moral ampliada por James Scott, que inclui: as reciprocidades e trocas comunitárias, obrigações mútuas, laços de dependência, deveres e direitos sociais, ética de subsistência, direito de viver, senso de justiça, bem como seus desdobramentos nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses encontram estratégias de resistência à dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses (Schenato, 2010).

São essas formas cotidianas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que constituirão o germe de uma coletividade maior organizada em torno do princípio da convivência com o semiárido, a partir dos anos 90 do século XX. Segundo Mariana Moreira Neto (2010), esse *“é um discurso que começa a ser elaborado no início dos anos 1990 quando trabalhadores rurais e urbanos...começam a contestar o modelo de intervenção governamental, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semiárido. A ideia da convivência sugere uma nova racionalidade para o Semiárido, fundamentada na perspectiva da sustentabilidade e que encontra nos movimentos sociais, em sindicatos e organizações não governamentais, o espaço próprio de sua elaboração e legitimação”*.

Por outro lado, ao tempo que representa uma racionalidade contra hegemônica, o discurso da convivência – no mesmo esteio do discurso do desenvolvimento sustentável – tem se mostrado bastante adequado às novas demandas de inserção do capital na região Nordeste, onde já não interessa mais uma imagem homogeneizada em torno da pobreza e miséria; antes, pelo contrário, é preciso trabalhar as vantagens comparativas, a ideia da viabilidade da região. Ao capital, para dar conta de suas diferentes formas de inserção, interessa também uma *“reinvenção do Nordeste”*, onde caibam novos dizeres, representações mais plurais e manejáveis, que se afinem com as diferentes possibilidades de exploração econômica da natureza, desde a indústria extrativa da mineração ao plantio de cana, fruticultura irrigada, turismo, carcinicultura, dentre outros (Castro, 2000) ⁸.

2. A seca e o presente-passado dos conflitos: *transposição do rio São Francisco e seca de 2012*

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco coincide temporalmente com a própria entronização da seca como problema regional. Polemizado desde o império,

⁸ Segundo Iná de Castro (2000): *“...preso nas tramas da rede simbólica, tecida por mais de um século através dos textos intelectuais, políticos e literário que subrepticamente construíram um imaginário regional fundado na natureza, definindo as bases da identidade e da solidariedade no seu território, o Nordeste confronta-se com vozes dissonantes. Estas refletem o novo papel da natureza como vantagem comparativa para atividades como o turismo ou o agrobusiness. A imagem projetada pelos atores destes novos setores econômicos é profundamente contraditória com a que foi historicamente construída na Região. Este confronto sugere a reedição do dualismo conservador / moderno, que na Região Nordeste possui um caráter particular*

quando foi apresentado pela primeira vez como solução para o “flagelo da seca no Nordeste”, transformou-se num dos maiores mitos do país, sempre voltando em diversos governos. Reaparece no governo Lula associado a uma série de outros projetos no Programa de Aceleração do Crescimento Econômico e renomeado para “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. O projeto retoma como a grande “Solução Hidráulica para a seca”, formatada em um sistema ainda mais complexo e vultoso de engenharia. Dada a dimensão do empreendimento, pode ser caracterizado como sistema de grandes objetos (Santos, 1994). Visa, em síntese, a construção de dois canais – eixo leste e eixo norte – e todo um sistema de bombeamento para transpor águas da bacia do São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No plano teórico, tem como pretensão, através da construção de dois grandes canais, abastecer de água 12 milhões de pessoas, de 390 municípios, com um custo orçamentário de 8,2 bilhões de reais.

Como todo objeto necessita de um discurso revelador de sua funcionalidade e legitimador de suas ações e usos (Santos, 1994), na página oficial do Ministério da Integração Social (MIN) observa-se como discurso da transposição: “O projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do MIN, destinado à busca de solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região, que inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria”. A falta de água é, no projeto, a única variável responsável pela miséria do sertanejo, como se pode ler no EIA/RIMA: *“Sujeito a frequentes secas prolongadas e consequentes ações emergenciais dos governos, o Semiárido Nordestino tem na falta de água o maior obstáculo para a prática de atividades produtivas fundamentais para o seu desenvolvimento”*. O slogan escolhido para compor o discurso foi *“São Francisco: água a quem tem sede”* (MI, 2010).

A retomada do projeto, como quaisquer das inovações contínuas que desestabilizam hábitos e comportamentos de um território e também aumentam, sem descanso, a densidade da vida coletiva (Ribeiro, 2005), mobilizou ferrenhas defesas e resistências entre os grupos sociais da Bacia do São Francisco e restante do semiárido, entre governadores de estado, especialistas, universidades. Foi palco de uma intensa disputa de opinião pública nos estados do Nordeste, polarizando divergências em diferentes contextos. Passou por diversos questionamentos judiciais e administrativos, chegando até instância máxima de julgamento na Suprema Corte. O ápice de duas greves de fome de um bispo,

acompanhadas por milhares de fiéis, foi um dos pontos culminantes do conflito, que se desenrola desde 2004.

Em implementação desde 2007, o projeto vem sendo objeto de diversas denúncias, tanto pela sua utilização como moeda de fatura eleitoral entre tradicionais grupos políticos do Nordeste e o governo federal e como ralo de dinheiro público para empreiteiras e empresas de consultoria ambiental, com grande atraso no cronograma de execução e superfaturamento do valor inicial orçado. Por outro lado, várias perdas sociais são apontadas, como expropriação de territórios, agravamento da falta de água, restrições na circulação pelo território, não pagamento de indenizações, perda de animais e terra para agricultura, degradação ambiental, entre outros. Passados 05 anos sem perspectiva de finalização, o projeto que seria a "redenção do Nordeste da seca" encontra no ano de 2012 um longo processo de estígio que faz emergir a "pior seca dos últimos 30 anos".

Nessa conjuntura, a proposta é pensar tais conflitos como chave-analítica para se tentar uma atualização histórica do discurso das secas. Assim, a partir de análises preliminares de entrevistas de campo⁹ e de documentos oficiais, buscamos abaixo compreender as estratégias de legitimação desencadeadas pelo estado e de possível neutralização das críticas/práticas oferecidas como resistências.

a) A prevalência do discurso humanitário sobre o desenvolvimento econômico; o encerramento do alcance de finalidades na própria região e a dissociação de outros projetos regionais/nacionais.

No conflito da transposição, o governo optou pela força simbólica do discurso de "matar a sede de 12 milhões de nordestinos", deixando em plano submerso o discurso do desenvolvimento econômico. A finalidade humanitária diante de uma situação real – o fenômeno natural da seca – causou fissuras no campo das resistências históricas constituídas em torno da "indústria da seca", sobretudo entre os povos e organizações do rio São Francisco (os ribeirinhos, "dotados" de água) e os da região receptora das águas (os caatingueiros, "sem água"). A adesão ao projeto também foi disputada em escala nacional fazendo uso do velho imaginário sobre a caatinga e o semiárido como regiões desprovidas, sem valor ambiental a ser preservado, um lugar onde só se tem a levar, fazer, ocupar, construir, e nada a preservar. Finalidades associadas em termos macroeconômicos, como investimentos na produção irrigada, mineração, relação com a Ferrovia Transnordestina,

⁹ Relatório de campo (Barros, 2012): A pesquisadora realizou entrevista com 60 pessoas diretamente envolvidas no conflito durante os meses de maio e julho de 2012, nos estados de Minas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, tendo a oportunidade de percorrer todo o trecho das obras dos canais e visitar as vilas produtivas rurais onde estão sendo colocados os reassentados do projeto.

Porto Pecem, Porto de Suape – todos os projetos vinculados em planos estratégicos oficiais de facilitação de acesso aos mercados da Europa e EUA pela proximidade geográfica da região, como é a IIRSA e o PAC - não foram explicitados em termos de divulgação de massa. A obra, que é de extrema complexidade e se associa a uma série de outras microobras e construção de hidrelétricas foi reduzida a algo simples, de curto prazo e funcionamento imediato, que pelas previsões iniciais já deveriam ter terminado. A complexidade só foi ganhando força para servir de justificativa aos problemas na execução das obras que foram surgindo.

b) A circunscrição do problema da seca numa sub-região – o Nordeste setentrional - e a reacomodação das elites regionais.

O projeto cindiu interesses de tradicionais grupos oligárquicos do Nordeste, revelando dissonâncias e disputas na acumulação regional de capital. Aos irrigantes e empresários da bacia do São Francisco¹⁰, sobretudo presentes nos estados de Minas Gerais e Bahia, não interessava a retirada de água para investimentos econômicos em outros estados. Para alinhar essas tensões, a afirmação enfática de uma sub-região até então pouco presente nos discursos sobre a seca foi estratégica: a criação do Nordeste setentrional como zona diferenciada e mais sujeita às *tragédias* do fenômeno climático. Essa reelaboração, com um deslocamento mais recortado da seca, serviu para legitimar os interesses de uma elite

¹⁰ Entrevista de relatório de campo (Barros, 2012): *“Lula muda de posição a partir do apoio de Ciro Gomes. Ele não é eleito no primeiro turno, vai para o segundo e essa é fatura que os políticos, os coronéis do Ceará, do chamado nordeste setentrional, apresentam para apoiá-lo, conseguindo juntar forças ali na Paraíba e tal, e Lula aceitou. Em nenhum momento, o governo chamou a ASA para uma consulta prévia. Essa consulta veio depois a partir de uma reação da sociedade. O início do projeto é quando ele afirma que vai fazer o projeto, quando ele vai e diz: “eu vou fazer a transposição porque vai ajudar a matar a fome do nordeste setentrional, ali se divide o nordeste, o nordeste setentrional”. Minha leitura é que ali, naquele momento, as velhas oligarquias do nordeste conseguiram respirar de novo. É, as oligarquias de Minas e Bahia não eram contrárias por conta da finalidade do projeto, mas do local, se fosse para transpor pra Bahia, elas seriam a favor. Mas aquele povo do Ceará, eles conseguiram com o projeto de transposição um fôlego muito grande. E no caso do nordeste setentrional, eles conseguiram um apoio muito grande. Naquele momento ali, o governo possibilitou uma nova roupagem para a indústria da seca. A velha conhecida indústria da seca, ali ela consegue uma nova roupagem, os coronéis conseguem uma fonte de recursos públicos para sustentar o processo eleitoral, uma indústria da seca numa dimensão bem maior. E nesse sentido eles terminaram que tendo que negociar com os coronéis de outros estados do nordeste, aconteceram várias reuniões na SUDENE”.*

regional sobre outra, em especial a elite política cearense, já que o próprio projeto é visto como fruto de um pacto eleitoral entre Lula e Ciro Gomes.

A própria superposição de instituições com competência sobre políticas para o semiárido também serviu à acomodação dos interesses das oligarquias de diferentes estados. A ocupação rotativa de cargos e chefias foi seguindo o ritmo das necessidades de destacionamento. Assim é que um breve giro mostra as sucessivas nomeações de ministros da Integração Nacional: de início o próprio Ciro Gomes, representando segmentos do Ceará; na sequência, Geddel Vieira Lima, com o encargo de arrefecer os ânimos contrários no estado da Bahia e, depois, Fernando Bezerra Coelho, de Pernambuco.

c) A convergência do paradigma da convivência e do combate à seca: deslocamentos discursivos operados pelo governo.

A oposição histórica ao projeto de transposição se afirmava como uma oposição ao paradigma do combate à seca e dos grandes projetos hidráulicos a ela associados. A proposta alternativa - que também servia para demarcar posição em relação aos interesses econômicos de outros grupos também contrários ao projeto - sustentava-se na reivindicação da revitalização do rio São Francisco e na implementação das várias tecnologias de convivência com o semiárido desenvolvidas a partir da experiência da ASA (Articulação do Semiárido). Durante o conflito, a consistência do discurso e das contrapropostas apresentadas por tais movimentos foi operando graduais deslocamentos no discurso do governo: i) o projeto de revitalização, então focado numa dimensão socioambiental, deixa de ser dialogado dentro do MMA (Ministro de Meio Ambiente) e é apresentado, conjuntamente com o projeto de transposição (que deixa de ter essa denominação), no Programa de Integração de Bacias, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, que também passa a incluir verbas para a implementação de cisternas e vários programas ambientais de políticas públicas para comunidades quilombolas e indígenas do São Francisco; ii) as alternativas apresentadas pelo Atlas Nordeste, elaborado pela Agência Nacional de Águas, incluindo várias micro obras para ampliação do acesso à água por parte da população urbana e população rural difusa por metade do valor carreado pela transposição passam a ser apresentadas como obras complementares, necessárias, mas que para tanto dependem da infraestrutura representada pelos canais da transposição; assim o megaprojeto passa a ser necessário à ampliação das práticas da convivência; iii) a “indústria da seca” passa a ser associada aos grupos contrários ao projeto de transposição, capitaneados pelas elites da Bahia e Minas, que, segundo o governo não querem garantir água nem terra irrigada para a

população rural pobre; iv) já na fase de implementação das obras, há um investimento maciço em programas de educação ambiental junto à população local, sustentadas no discurso da convivência com o semi-árido e da pedagogia popular freireana; v) a realização de convênios com várias organizações do semi-árido para construção de cisternas, com repasse de recursos públicos e o estabelecimento de várias metas quantitativas vai tornando mais produtivista e menos político o posicionamento da articulação, minimizando a disposição para o enfrentamento crítico do projeto.

d) A experiência da obra e as várias percepções da “indústria da seca atual”

Desde 2007 em fase de implantação, as obras - divididas em lotes por consórcios de empreiteiras - alcançaram sucessivas paralisações, com um cronograma bastante atrasado, o que instaurou um ambiente generalizado de descrença, bem como suscitou a desconfiança na representação dos interesses industriais que estaria a representar o projeto: o das empreiteiras, às quais interessam as grandes e infinitas obras - os velhos “elefantes brancos” - que servem como escoadouro de dinheiro público, cuja lógica é a de que quanto mais se prolongar melhor; o de setores ligados ao hidronegócio, sobretudo nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte que aguardam a água para investimentos em projetos de irrigação e aos quais interessa que seja finalizado o quanto antes. Entre uma e outra possibilidade, o fato é que se teria ou uma velha reprodução da indústria da seca na sua versão mais clássica ou então uma versão atualizada, repaginada, sob o signo do agronegócio. A percepção mais generalizada, entretanto, é aquela que associa o conceito da “indústria da seca” ao caráter eleitoral - uso de uma necessidade social para perpetuação do paternalismo político e compra de votos - e que é recorrentemente atribuído ao projeto de transposição. O projeto - que significa obra e, portanto, possibilidade de empregos temporários - foi moeda eleitoral em escala nacional - eleição de Lula com o apoio de Ciro Gomes e eleição de Dilma - quanto na escala regional.

A maior contradição observa-se no momento em que uma grande seca - a cíclica dos 30 anos - volta à tona. O fato de o projeto se constituir no plano oficial como principal ação estruturante para oferta de água no semiárido é invisibilizado e ganha força, mais uma vez, as ações emergenciais e as experiências com a construção de cisternas. Outra interessante contradição é que o nordeste setentrional apresentado como região mais assolada pela seca a merecer as águas do rio São Francisco perde o posto do flagelo atual para o estado da Bahia em número de municípios comprometidos com a estiagem, o mesmo

que junto com Minas Gerais encampava oposição ao projeto de transposição e que começa a ser contemplada com o discurso de um possível “eixo sul” da transposição.

Outro contrassenso é que as famílias retiradas das áreas para construção dos canais, reassentados em vilas produtivas rurais, saíram de lugares com água para vilarejos onde é precário ou inexistente o fornecimento de água. Além disso, empreiteiras com atividades em andamento acabam por disputar a água dos açudes com as populações, muitas vezes ignorando procedimentos formais de outorga por parte do conselho gestor.¹¹ Tem-se aqui, portanto, o caso de um projeto que, com o fim de acabar com a seca, cria ou agrava a situação de falta de água por parte da população, estimulando ainda mais a dependência do carro-pipa¹².

Ao tempo em que veículos de comunicação, especialistas e políticos nordestinos enfatizam o caráter crônico dessa seca frente a outras anteriores, há um consenso generalizado de que os impactos sociais sobre a população foram bastante minimizados. Os principais indicadores dessa conclusão seriam a inócuência de saques, mortes humanas, agrupamentos de retirantes e desnecessidade das frentes de emergência. A causa explicativa mais presente nos discursos é atribuída à rede de proteção social constituída pelos programas governamentais de transferência de renda, intensificados no governo Lula com o “bolsa-família”, mas que vem desenhando transformações desde a implantação das aposentadorias rurais.

3. Por uma reinvenção da política e das lutas sociais diante das secas reinventadas

A classe dos “industriais da seca” no Nordeste guarda seu contraponto histórico na tradição de resistência, revoltas e capacidade de organização enraizada dos trabalhadores rurais na região, bem como de seus povos e comunidades tradicionais. Estes últimos, atores coletivos que tem protagonizado mais os conflitos recentes.

Por outro lado, a breve análise dos referidos acontecimentos contemporâneos sinaliza a persistência de uma indústria da seca no Nordeste com contornos cada vez mais

¹¹ Depoimento de membro do conselho gestor do açude Poço da Cruz, em Ibimirim, Pernambuco, 2012.

¹² Depoimentos das vilas produtivas rurais: **i)** “Agora o que falta é a gente receber o projeto de água para consumo humano e água para trabalhar”; **ii)** Hoje nós não temos lá em nada, o que nós temos muito lá é pedra e sol quente, nem água não tem. E é bom é água, a coisa melhor do mundo é água Nossa água vinha toda daqui (açude) e não secava não. Água lá é só do pipinha véio quando chega, não tem um pingão d’ água noutra canto. Os bichos veve morrendo de sede porque não tem água”. “Lá é marca dos carro vindo pegar água pras obras. Já secaram dois açudes aqui, açude Geraldo Velho e açude Plebeu”.

camaleônicos em termos de discurso e prática, entremeada numa rede muito mais complexa e abrangente de alianças. A apropriação pelo capital e pelo Estado do campo de representações e iniciativas dos movimentos populares que historicamente reivindicam a efetiva democratização do acesso à água e terra no Nordeste tornam o campo da disputa nebuloso e as palavras esvaziadas de sua capacidade de demarcar fronteiras. A ampliação dos dizeres hegemônicos sobre a região, ganhando em heterogeneidade e passando a jogar com os binômios combate à seca/convivência, viabilidade/inviabilidade, atraso/progresso, demandam também uma atualização viva, no esforço de constante demarcação, dos discursos e práticas espaciais contra hegemônicos.

Atenta-se para o fato de que a ausência de saques pela primeira vez na história das grandes secas, simultânea à realização de um megaprojeto cheio de impasses e resistências ao longo da mesma história, também podem ser indicadores – não da sensibilidade empreendedora dos últimos governos petistas sobre o Nordeste – mas sim do recuo das ações de mobilização de atores sociais e da construção do amplo consenso como um ideal do fazer política que tem matado a própria dinâmica política.

As possibilidades de intervenção que se abrem sobre o território do semiárido, ao se analisar mais a fundo os planos oficiais, apontam para uma perspectiva de ampliação do acúmulo de capital mediante comoditização dos recursos naturais e ampliação das desigualdades sociais. Provavelmente a “seca” seja cada vez mais deslocada para se tornar referência de um passado que quer se negar e, na mesma relação de causa-efeito de antes, cria-se junto com a “diminuição” da seca, dos efeitos da seca, a “representação” da diminuição das desigualdades sociais.

A capacidade de criar interrupções na ordem dada, instaurar o dissenso e fazer eclodir os conflitos como forma de contestação de uma determinada prática espacial sobre outra e de denúncia da forma de distribuição do poder sobre os recursos do território (Acselrad, 2004) depende de uma série deslocamentos. Como elementos sinalizados na pesquisa sobre os dois conflitos atuais, apontaria as seguintes considerações: 1) a atuação das resistências no semiárido tem um acúmulo crítico em torno das esferas de poder político local/regional, ficando em segundo plano a influência do poder econômico nas decisões políticas bem como a dinâmica política em escala nacional/internacional, o que é cada vez mais necessário frente aos arranjos estratégicos globais e ao papel desempenhado pelo Brasil como fornecedor de *comoditties* naturais; 2) importa reorientar os padrões de relacionamento político com o estado, no sentido de que a institucionalização de práticas como políticas públicas não signifique relação de dependência financeira de recursos do estado e

consequente perda de autonomia no diálogo e recuo na capacidade conflitiva; 3) problematização de indicadores como “renda” para avaliar sucesso de políticas no semiárido e avaliação conjugada de políticas estruturais e assistenciais de modo a evitar a “gangorra” das compensações políticas; ressalte-se que os próprios beneficiários explicitam insatisfação em relação a esse processo de recebimento de benefícios casados com a expropriação das possibilidades de renda própria, sobretudo relacionados à perda de terra e água como meios de produção, sem ainda mencionar a tragédia da expropriação cultural que representam; 4) importância da criticidade quanto aos processos de disputa travados nos espaços institucionais de participação, cada vez mais ampliados à “captura” dos movimentos; 5) e esforços de articulação entre atores sociais do campo e da cidade, que emergem com força mas sob diferentes lógicas organizativas.

São tais considerações mais próximas de problematizações do que de receituário, incabível na política como processo dinâmico e dialético que é e vai se operando à medida que os desentendimentos e as fronteiras vão sendo criadas e deslocadas. No dizer de Rancière, “Nada é em si mesmo político, mas pode tornar-se político à medida que opera sob a racionalidade dissensual. As lutas por interesses divergentes não são necessariamente sinônimo de política, pois estas lutas podem ser travadas no sentido de reforçar desigualdades já existentes, ou promover outras. Estas ações serão políticas quando forem fundamentadas pela interrupção, em certo domínio, das relações desigualitárias em vigor” (Ranciere apud Pallamin, 2010).

Referências

Acselrad, H. Mediação e negociação de Conflitos. Palestra proferida na Abertura do IX Encontro da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 22/09/2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Falas de Astucia e de Angustia: A Seca no imaginário Nordestino (1877-1922). Unicamp. 1988.

ANDRADE, Lopes (1947). Sociologia das secas. Rio de Janeiro, Ed. A Noite

ASA - Articulação do Semi-árido brasileiro. <http://www.asabrasil.org.br/>

Araújo, Leonardo Alves. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino.
<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/153>.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand, 1998.

Callado, Antônio. **Os Industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1960. 1ª edição.

Câmara dos Deputados. Seca 2012.
<http://www2.camara.leg.br/tv/materias/EXPRESSAO-NACIONAL/424884-EXPRESSAO-NACIONAL-DISCUTE-A-SECA-NO-NORDESTE>

Castro, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade. Discurso e prática do regionalismo Nordestino**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro 1992.

_____ **Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste.**
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf>

Cerqueira, Paulo Cesar Lisboa. **A Seca no contexto social do Nordeste, em "O genocídio do Nordeste 1979-983"**. Editora Mandacaru, São Paulo.

Furtado, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. Fundação Perseu Abramo, 1998. São Paulo.

MIN. **Projeto São Francisco. Programa de Enfrentamento aos efeitos da seca.** <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>; <http://www.brasil.gov.br/secasemiario>.

Moreira Neto, Mariana. **De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão**. 2010.
http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum23_dos04_fortunato-moreiraneto.pdf.

Pallamin, Vera. **Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière**. 2010. Disponível em: http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco12-pdf/02_art01_risco12.pdf

Pereira, Francisco Gondim. **A Multidão, os Saques e a Mobilização Popular: o relacionamento entre movimentos sociais e a ação direta em tempos de seca em Itapiúna-CE (1988-93)**. 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião : Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana**. Caderno SRH. Salvador; 2005.

Ribeiro, Manoel Bonfim. **A potencialidade do semi-árido brasileiro**. Fubrás. 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP. 1994.

Schenato, Wilson Cesar. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de E. P. Thompson e James Scott

<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/ECONOMIA%20MORAL%20E%20RESIST%C3%84NCIAS%20COTIDIANAS%20NO%20CAMPEPINATO.pdf>

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese. Universidade de Brasília.